

# SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR PROFESORES/AS AOS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA NO ESPAÇO ESCOLAR: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO\*

## TEACHERS' ATTRIBUTED MEANINGS TO SOCIAL BOOKMARKING ON THE DIFFERENCES AT THE SCHOOL SPACE: A EXPLORATORY STUDY

Patrícia de Oliveira e Silva Pereira Mendes 1

**Resumo:** Esta pesquisa exploratória teve como objetivo investigar os significados atribuídos por educadores/as sobre a disputa expressa no Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024 na retirada dos marcadores sociais da diferença. Participaram 22 professores/as de cinco Escolas de Educação Básica, da Capital do Estado de Santa Catarina, que responderam a um questionário semiestruturado. Os resultados mostram que alguns(as) professores(as) conheciam o PNE tinham uma visão crítica dos conceitos, por leituras ou cursos; outros desconheciam, mas em geral, a maioria dos(as) professores/as preocupam-se com os marcadores sociais da diferença na escola e não se furtam a pensar sobre seu papel como educadores/as sexuais, mostrando-se abertos/as para compreender novos conceitos e a dialogar sobre essas temáticas. Novos estudos podem ampliar essa discussão, dando visibilidade a voz coletiva de educadores/as para as suas necessidades teóricas e práticas necessárias para a efetivação de uma educação, sempre sexuada, mais justa e democrática.

**Palavras-Chave:** Igualdade de Gênero. Marcadores Sociais da Diferença. Ideologia de Gênero. Educação Sexual Emancipatória.

**Abstract:** The general purpose of this exploratory research is to investigate teachers' attributed meanings to the dispute expressed in Education National Plan - PNE 2014/2024 over the withdrawal of social bookmarking of difference. 22 teachers were enrolled from five Basic Education Schools in the capital of Santa Catarina State, who completed a semi-structured questionnaire. Results show that some teachers were aware of the PNE and had a critical view about the concepts through readings or courses; others did not know it, but in general most of the teachers are concerned with the social bookmarking of difference at schools and are willing to consider their role as sexual educators. They were open to learn new concepts and discuss these subjects. New studies may increase this discussion by giving visibility to the collective voice of educators to their theoretical and practical needs, which are necessary to promote a sexed, fair and democratic education.

**Keywords:** Gender Equality. Social Bookmarking of Difference. Gender Ideology. Emancipatory Sexuality Education.

## Introdução

O Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 foi o segundo PNE a ser aprovado em nosso país. No ano de 1997, o Ministério da Educação – MEC divulgou uma proposta de PNE e na ocasião convidou algumas entidades para a participação nessa elaboração, como a ANPED- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, que elaborou um documento apresentando aspectos que deveriam ser considerados para a elaboração e aprovação de um Plano Nacional para Educação (AGUIAR, 2010; Brasil, 2014).

Este primeiro PNE foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 14 de junho de 2000 (Brasil, 2014) e em 30 de junho de 2000 foi remetido ao Senado Federal, uma de suas metas era “assegurar condições de acesso e permanência nas escolas públicas brasileiras” (AGUIAR, 2010, p. 712).

A elaboração e execução de políticas públicas para educação, por meio do PNE encontra-se ancorada na legislação e nos movimentos da sociedade civil. A Constituição Federal de 1988, no artigo 214, estabelece que a lei deve garantir a elaboração do PNE, com duração plurianual e em contrapartida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/96), aponta a determinação de que a União, em um prazo de um ano, deve encaminhar ao Congresso Nacional o PNE constando de diretrizes e metas para um período de dez anos. Na elaboração do PNE a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos precisaria ser considerada (AGUIAR, 2010; BRASIL, 2014).

Cabe acrescentar que o PNE é uma Lei nº 13.005/2014, entendida como um instrumento de planejamento do Estado Nacional de Direito e que objetiva orientar as políticas públicas para o setor da educação. Essa Lei foi elaborada na intenção de estabelecer diretrizes para a educação em todas as suas instâncias, desde a educação infantil até o ensino superior, inclusa também a educação básica (Brasil, 2014). Constam nesta Lei “dez diretrizes, entre elas a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação, além da valorização dos profissionais da educação, um dos maiores desafios das políticas educacionais” (Brasil, 2014, p. 07). Há também a prerrogativa de que Estados e Municípios auxiliem no cumprimento das metas propostas no PNE, bem como elaborem seus Planos de Educação em consonância com as metas propostas no texto do PNE 2014-2024.

Na aprovação do PNE 2014/2024 no processo de elaboração e tramitação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados Federais, este passou por momentos de disputas. No entanto, segundo Paulo Sena:

A mais ruidosa polêmica diz respeito à alteração da diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais (inciso III do art. 2º do substitutivo da Câmara). O Senado alterou esse dispositivo, retirando a ênfase na promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, expressão substituída por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. A contenda terminou favorável ao Senado, com a aprovação do destaque para manter seu texto (Brasil, 2014, p. 22).

Como deve ser de conhecimento dos/as educadores/as brasileiros o Plano Nacional da Educação – PNE 2014/2024, aprovado no ano de 2014, trouxe para o cenário político e educativo a disputa apontada por Paulo Sena. Tal disputa colocou em questionamento nos espaços educativos as atividades que priorizam um trabalho de educação sexual numa perspectiva emancipatória.

Sabemos que as escolas refletem as contradições presentes em nossa sociedade; elas refletem e refratam (BAKHTIN, 2014) as concepções de gênero e sexualidade, discursadas e produzidas nos contextos sociais mais amplos. Sem culpabilizar as escolas, os educadores e educadoras, ou a comunidade escolar como um todo, destacamos que as escolas, no Brasil, são palco de inúmeros silenciamentos e de equívocos quando convocadas a lidar com as

diferenças. Entretanto, são também nelas que podemos problematizar as diferenças, o entendimento do conceito de gênero em seus aspectos históricos, relacionados às construções e significações em torno das produções discursivas sobre masculino e feminino, em torno da rigidez que fixa a norma heterossexual e rechaça tudo o que dela escapa.

Deborah Britzman (1996) salienta que o processo de escolarização “produz não apenas formas de conhecimento e relações particulares de desigualdade, ao longo de divisores, de raça e de gênero, mas [...] produz e organiza [...] as identidades raciais, culturais e generificadas dos/as estudantes” (p. 72). A autora também ressalta os marcadores sociais da diferença e o fato de a escola corroborar a produção das desigualdades, além de ser um espaço que produz os entendimentos no que concerne às identidades.

Como marcadores sociais da diferença, AvtarBrah (2006) e Richard Miskolci (2014) indicam gênero, geração, raça/etnia (embora possamos citar outros) como classe e deficiência. Está presente na ideia de marcadores sociais da diferença o entendimento de que esses marcadores indicam os lugares de pertencimento dos sujeitos socialmente. Os marcadores sociais da diferença, “inserir as diferenças num jogo complexo de hierarquias que, em alguns momentos, podem contribuir para a construção de enormes desigualdades” (MISKOLCI, 2014, p.25).

Compreendemos que o entendimento dos marcadores sociais da diferença, no sentido de visibilizá-los nos espaços educativos, pode corroborar a importância de se estabelecer práticas pedagógicas que venham trabalhar no sentido de promover a igualdade.

Entre as discussões e marcadores sociais de gênero, vivemos uma ideia nebulosa chamada “ideologia de gênero” que paira sobre discursos de senso comum e que teve forte influência sobre as práticas educativas nas escolas e as políticas públicas.

Para Jimena Furlani (2015a) a “ideologia de gênero” não é um termo presente nas teorias de gênero, ela argumenta que

essa expressão, foi criada/inventada, recentemente, no interior de alguns discursos religiosos. Trata-se de uma INTERPRETAÇÃO, EQUIVOCADA e CONFUSA, que não reflete o entendimento de “Gênero” presente na Educação e na escolarização brasileiras, nas práticas docentes e/ou nos cursos de formação inicial e continuada de professoras/as (p.2, **grifos da autora**).

A “ideologia de gênero” considerada pelos/as estudiosos/as da diversidade sexual e estudiosos/as de gênero como uma falácia, atualizada nas discussões do PNE 2014/2024 como algo a ser combatido e em uma tentativa de reduzir os estudos de gênero atribuindo conceitos distorcidos e equivocados. Como apontam Toni Reis e Edla Eggert:

Criouse uma falácia apelidada de “ideologia de gênero”, que induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, e que nega a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT comprovadas com dados oficiais e estudos científicos. Utilizouse de desonestidade intelectual, formulando argumentos sem fundamentos científicos e replicandoos nas mídias sociais para serem engolidos e regurgitados pelos fiéis acrílicos que os aceitam como verdades inquestionáveis (REIS; EGGERT, 2017, p.20).

Jimena Furlani (2015a) esclarece os equívocos/distorções presentes nas afirmações dos religiosos sobre esse conceito tão combatido. E ainda acrescenta:

Esse termo (“ideologia de gênero”) não nos diz muita coisa, ou seja, não é possível saber, inicialmente, o que ele significa, pois os Estudos de Gênero são desenvolvidos por muitos campos do conhecimento científico como: a história, a antropologia, a sociologia, a pedagogia, a filosofia, a política, a linguística, a biologia, a mídia, etc. Da mesma forma, a palavra IDEOLOGIA, também pode adquirir muitos e diferente significados e usos. [...] O termo “ideologia de gênero” tem sido disseminado como se os Estudos de Gênero fossem uma ameaça à sociedade brasileira (Furlani, 2015a, p. 2).

Para o ativista LGBT e de DH, do Centro Latinoamericano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), Julian Rodrigues, que postou no *site* do CLAM, o seguinte escrito: ““Ideologia de Gênero”, a nova cruzada dos fundamentalistas cristãos”. O uso do termo “ideologia de gênero” objetiva/objetivou “congelar as políticas afirmativas no Governo Federal”. Julian explicita em seu texto, para a militância, que essa foi sua percepção diante dos discursos dos parlamentares quando da adoção do termo “ideologia de gênero”.

Para Giovanna Marafon (2018)

Um dos efeitos produzidos pelo regime de verdades que tenta dominar o discurso educacional com o termo “ideologia de gênero” é a sensação de medo e insegurança que paira sobre professoras(es) que transversalizam discussões sobre saberes e práticas de gênero nas escolas básicas e sobre aquelas/es que atuam na formação de professoras(es) no ensino superior também. Não à toa, foram estudantes que passaram a nominar o Esp como “escola da mordaza” em diversos locais, como aconteceu em inúmeras ocupações estudantis que tomaram corpos no ano de 2016 no Brasil. Organizaram práticas de resistência e de análise do discurso moralista que tem pretensões de amordaçar docentes em sua prática educacional, tornando-as(os) meras(os) técnicas sem pensamento crítico (p.123)

Entendemos com o/as autor/as citados que pensar a “falácia” sobre “ideologia de gênero” se faz importante e necessário nos espaços educativos, principalmente saber como os/as educadores/as significam esse regime de verdade, como apontou Marafon (2018).

Refletindo sobre a educação sexual, Sonia Maria Martins de Melo e Rosi Pocovi (2002) afirmam que sempre somos educadores e educadoras sexuais uns dos outros, na medida em que não nos é possível abdicar da dimensão da sexualidade que nos constitui. Tais afirmações nos colocam diante do fato de que a educação sexual sempre se faz presente nos espaços educativos, o que precisamos saber e identificar junto dos/as educadores/as é qual a educação sexual que realizam?

Particularmente envidamos esforços na efetivação de uma educação sexual com vistas à emancipação. Para Cesar Nunes e Edna Silva (2000) a “emancipação passa pelo esclarecimento, pelo entendimento dos contextos e desejos vivenciados ou vivenciáveis” (p.123), crianças e adultos “esclarecidos de suas possibilidades estão mais próximos da autonomia e do direito de lutar pela liberdade” (p.123).

Assim, uma educação sexual consciente, intencional, atrelada aos conhecimentos científicos e ao entendimento de sujeitos históricos que produzem sentidos e significados para o sexo e a sexualidade, apoia-se em um paradigma emancipatório (MELO; POCIVI, 2002; NUNES, 1997). Uma “concepção emancipatória deverá, portanto, ser científica, crítica, criativa, e ao mesmo tempo cultural e politicamente aberta e livre” (NUNES; SILVA, 2000, p.125).

Em tempos de retrocessos e diante do cenário criado na aprovação do PNE 2014/2024, identificar os efeitos de todas as discussões no espaço da escola se tornou algo de suma impor-

tância e o foco da presente pesquisa. Neste sentido, o objetivo geral deste estudo foi investigar junto aos professores/as os significados atribuídos para a disputa expressa no Plano Nacional de Educação 2014/2024 na retirada dos marcadores sociais da diferença.

## Metodologia

Esta pesquisa qualitativa exploratória ancorou-se na visão de um sujeito histórico e cultural, pautada no materialismo histórico dialético. Como explicitam Lígia Márcia Martins e Tiago Nicola Lavoura (2018)

[...] À luz do materialismo histórico-dialético, o conhecimento científico se constitui na prática social humana à medida que a própria vida social vai se desenvolvendo e se complexificando, e os homens vão adquirindo condições determinadas social e culturalmente de refletir e teorizar (com métodos cada vez mais desenvolvidos) sobre essa mesma prática social e seus objetos e fenômenos constitutivos. Trata-se, por conseguinte, de se conceber o conhecimento como produto do trabalho dos indivíduos que são historicamente situados, de decodificação abstrata sobre a realidade concreta.

Assim, na busca da totalidade dos fenômenos, no olhar para as contradições e na sua compreensão dialética a pesquisa se volta para uma análise concreta dos significados e sentidos expressos pelos/as professores/as na aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024 na retirada dos marcadores sociais da diferença.

Foram participantes desta pesquisa, 22 professores/as oriundos/as de cinco escolas de educação básica municipais, da Capital de Santa Catarina, Brasil. Havia entre eles/as, 19 professoras e 03 professores, com idades entre 24 e 59 anos e cujo nível mais alto de escolarização era ensino superior completo (n=8), especialização lato sensu (n=8), mestrado (n=5) e doutorado (n=1).

Oito participantes/as declararam-se solteiros/as, 9 casados/as, 3 divorciados/as e dois em união estável. Apenas 8 participantes indicaram ter filhos e os demais, não (n=14). Quanto à religião, 7 participantes apontaram não possuir religião e 15 que sim, sendo essa espírita (n=4), católica (n=9) e protestante (n=2).

A rede municipal de ensino dessa capital possui 36 escolas de educação básica. Estabelecemos como amostra 50 possíveis respondentes do questionário. Para a aplicação, elegemos cinco escolas de educação básica da rede municipal de ensino, da Capital do Estado de Santa Catarina. As escolas escolhidas para participação na pesquisa foram as que se encontram situadas próximas ao Campus I de nossa Instituição de Ensino Superior.

O contato com as escolas se deu via Direção de Ensino, após aprovação da pesquisa nas instâncias da Secretaria de Educação do Município e no Comitê de Ética da Pesquisa com Seres Humanos. Em cada uma das cinco escolas, aplicaríamos 10 questionários com docentes escolhidos aleatoriamente. Dez questionários foram deixados com cada diretor(a) de cada uma das escolas por uma semana e recolhidos pela pesquisadora na semana seguinte, tendo sido retornado o total de 22 questionários preenchidos.

Foram aplicados questionários semiestruturados com perguntas semiabertas sobre os significados atribuídos para a igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual, bem como para a “ideologia de gênero”, problematizações das práticas desses/as professores/as na efetivação de uma educação que se comprometa e corrobore com uma educação sexual emancipatória e sobre a escola como um espaço de respeito e valorização das diferenças.

Para análise dos dados, utilizamos a análise qualitativa, embora numericamente, somamos as respostas obtidas. Na análise dos questionários, trabalhamos com a análise de conteúdo alicerçada no entendimento de enunciado em Mikhail Bakhtin, na certeza que “cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura, onde se entrecruzam e lutam os valores de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto

da interação viva das forças sociais” (BAKHTIN, 2014, p.67), tendo como princípio de que toda e qualquer enunciação é de natureza social, produto da interação.

## Resultados e Discussão

Para apresentar os resultados, iremos explicitar e discutir algumas categorias:

### Enunciados dos/as professores/as sobre as discussões do Plano Nacional de Educação PNE 2014/2010, “ideologia de gênero” e marcadores sociais da diferença

Podemos dizer que no nosso grupo de participantes, menos da metade relatou acompanhar as discussões o Plano Nacional de Educação – PNE 2014/2024, (n=10 professores/as) e outra parte não (n=12). Na justificativa sobre quais aspectos lhes chamavam a atenção nas discussões de aprovação do PNE, apenas quadro educadores/as referiram-se aos marcadores em estudo, citando especificamente o termo gênero:

*“acompanhei nas redes sociais e o que me chamou a atenção foram às mudanças na educação inclusiva e tudo o que se refere à diversidade”;*

*“a contemplação das questões de gênero e sexualidade que infelizmente ficaram exclusas”;*

*“questões relacionadas à diversidade de gênero na escola”;*

*“acompanhei as notícias em alguns sites que discutiam as questões de gênero, já que foram disputas muito faladas e que chamaram a atenção nas discussões”.*

De fato, como os/as professores/as apontam a disputa presente no PNE 2014/2024, com relação “A mais ruidosa polêmica (na aprovação do PNE) diz respeito à alteração da diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais (inciso III do art. 2º do substitutivo da Câmara). O Senado alterou esse dispositivo, retirando a ênfase na promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, expressão substituída por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. A contenda terminou favorável ao Senado, com a aprovação do destaque para manter seu texto (BRASIL, 2014, p.32, grifos nossos).

Três professoras não apontaram sua opinião sobre essa disputa, uma professora disse ser evangélica e não ter nada a declarar, dezessete participantes dialogaram no sentido de considerarem uma perda a mudança nos termos e um justificou a retirada, apontando “não haver muita mudança”.

Também podemos ver dentre os enunciados contrários a retirada da ênfase nos marcadores sociais da diferença, argumentos tais como:

*“Essa alteração vai ao encontro da falácia da “ideologia de gênero” sustentada por grupos conservadores dentro do parlamento, no entanto, no Brasil, as estatísticas sobre violência provam que existe uma interseccionalidade entre gênero, raça, etnia e classe-social”;*

*“Essa alteração mostra a forma do Governo retirar esses*



termos (gênero, orientação sexual, igualdade racial) numa forma de não haver mais discussões acerca desses temas na escola. Cidadania é um termo muito amplo que já não está sendo garantido a partir da constituição quem dirá do PNE”;

“O novo texto aprovado é genérico e vazio não contemplando os principais problemas enfrentados pelas minorias no dia-a-dia. Foi um total retrocesso”;

“A alteração deixa claro o preconceito dos envolvidos com a população classificada como minoria”;

“Considero a problemática social que vivenciamos no Brasil, é importante destacar sim quais “Igualdades” queremos equiparar, uma vez que cada grupo tem necessidades diferenciadas. Quando colocamos “todas as formas de discriminação”, infelizmente, nem todos os grupos são considerados nas suas especificidades”.

Ou seja, de certa forma, podemos dizer que mesmo muitos/as professores/as não acompanharem as discussões, aqueles que acompanharam mostraram uma visão realista e importante sobre o retrocesso de retirar a discussão de gênero nas propostas curriculares escolares, bem como da “ideologia de gênero” como uma invenção de grupos conservadores e moralistas, tal como argumentam (FURLANI, 2015a; REIS; EGGERT, 2017; MARAFON, 2018).

A respeito do conceito de “ideologia de gênero”, um/a professor/a assumiu “não ter informação a respeito”, um/a “ter ouvido falar, mas desconhece o que significa”; dois professores/as “não responderam”. Oito professores/as afirmaram ser a “ideologia de gênero” o conceito de gênero, apresentando um equívoco sobre o termo e dez discorreram sobre a falácia da “ideologia de gênero” indicando que acompanharam as discussões e disputas na invenção deste termo, esses/as explicam:

“Ideologia de gênero parece ter surgido com o advento da onda fascista que se alastra pelo mundo ultimamente. Aparentemente é um discurso conservador que pretende criminalizar o conceito de gênero. Atualmente, o conceito de gênero serve para, dentre muitas coisas, acabar com o preconceito existente no âmbito da sexualidade. Sendo assim a ideologia de gênero vai na contramão ao tentar impor um conservadorismo já superado e ultrapassado”;

“Entendo que é um termo equivocado, pois já foi cunhado pela igreja católica sem se apropriar dos estudos de gênero. É uma forma de deturpar as discussões sobre gênero porque afirma que se quer “transformar” os “gêneros das crianças””;

“Termo extremamente superficial, demagógico e ideológico que visa criminalizar a discussão sobre a diversidade e liberdade individual das pessoas”;

“A “ideologia de gênero é uma expressão equivocada na perspectiva do que é gênero. As campanhas anti-gênero partem de esquemas simplistas e moralistas. Tais grupos se apegam a discursos religiosos e defendem uma suposta “ordem natural” entre homens e mulheres”.

Já sobre os marcadores sociais da diferença, quinze participantes “nunca ouviram falar desse conceito” e um/a não respondeu. Sete professores/as já ouviram falar e quanto à compreensão, aproximaram-se de certa forma ao entendimento desses marcadores, pois alguns dos marcadores sociais da diferença segundo AvtarBrah (2006) são gênero, geração, raça/etnia, sexualidade e religião, e esses marcadores indicam os lugares de pertencimento dos sujeitos socialmente, “inserem as diferenças num jogo complexo de hierarquias que, em alguns momentos, podem contribuir para a construção de enormes desigualdades” (MISKOLCI, 2014, p.25):

“É um campo de estudo com a finalidade de tentar explicar como são construídas as desigualdades e hierarquias entre as pessoas”;

“Entendo que são as marcas das identidades de sujeitos e grupos, que determinam seus lugares de fala”;

“Os marcadores sociais procuram demonstrar como são formadas as desigualdades sociais”.

### **Enunciados dos/as professores/as sobre a participação da escola nos marcadores sociais e na superação das desigualdades**

Dezoito participantes consideraram importante que a escola trabalhe com as desigualdades regionais e identificam em sua prática cotidiana na escola essas desigualdades, desejando trabalhar para superação dessas desigualdades. Três participantes não responderam e um/a participante apontou que “essas ações sobre as desigualdades regionais devem ser implementadas por políticas federais” e que “a escola não tem condições de trabalhar na superação dessas desigualdades”.

Do mesmo modo, dezoito professores/as também consideraram importante que a escola trabalhe com a superação das desigualdades raciais e identificam essas desigualdades no contexto de suas escolas; um/a professor/a não respondeu; um/a afirmou não identificar essas desigualdades em sua escola; um/a falou sobre diferença regional, um/a apontou que as diferenças regionais se sobrepõem as diferenças raciais em sua escola.

Os/as professores/as que identificaram as desigualdades raciais nas escolas, propuseram como combater e conhecê-las, estudar e discutir o tema e historicizar a questão, coletivamente. Vejamos os relatos:

“A desigualdade racial precisa ser discutida dentro da escola. Existem estudos que nos ajudam a repensar nossas práticas, pois muitas das nossas atitudes podem estar voluntariamente ou não, contribuindo para reprodução das desigualdades. Discutir e refletir sobre o racismo estrutural é importante para repensar nossa prática”;

“Considero de grande importância o trabalho com a superação das desigualdades raciais, identificando-as, historicizando-as e elencando possibilidades de modificação”;

“Num país miscigenado igual ao Brasil, é comum haver “diferenças” no que diz respeito à raça. Na escola em questão



as desigualdades raciais, pois no escalão de professores há apenas dois negros. Ou seja, dois negros com ensino superior. A escola deve mostrar que as desigualdades são históricas e que a maneira de reparação cabe a uma sociedade que pense na justiça social de seus cidadãos”.

Já o tema de gênero, foram dezenove professores/as que identificaram as desigualdades de gênero no espaço da escola e consideraram importante trabalhar na superação dessas desigualdades. Um/a participante não respondeu; um/a disse que “não identifica na faixa etária em que trabalha, pois as crianças são muito pequenas, embora a escola tenha função de informar e deve trabalhar esse tema com imparcialidade”; um/a “não identifica em sua escola e que o trabalho com essa temática deve vir de políticas públicas elucidativas”.

As justificativas, embora poucas, foram pertinentes e mostraram uma visão global da problemática, pois relembram uma sociedade machista que também é desigual em relação a construção de gênero. Colocam a escola como parte da sociedade e, por isso, impossível de neutralizá-la de uma discussão como essa, na medida em que “a escola é uma instituição social, ou seja, está sempre inserida em um contexto sócio-histórico e dialoga com ele em suas práticas cotidianas”, como explicita Ana Paula Vencato (2014, p.220):

“Acho muito importante que a escola trabalhe com a superação das desigualdades de gênero na escola, pois vivemos em uma sociedade machista e ultimamente com discurso e práticas de ódio e intolerância com as minorias principalmente com as mulheres LGBTQI+. É importante reafirmar o papel da escola de ser um espaço democrático e que respeita a diversidade de gênero. Em nossa escola temos um projeto com os anos finais que aborda a questão da violência contra a mulher e como historicamente essa relação de submissão foi sendo construído e está sendo desconstruída”;

“Uma vez que a escola faz parte da sociedade, torna-se importante abordar questões de gênero, pois é perceptível desigualdades também na escola. Reforço, mais uma vez, que espaços para o debate são necessários – seja em uma aula, quando um determinado assunto abre a possibilidade para – seja como projeto de escola, aproveitando, por exemplo, uma reunião pedagógica, uma reunião com a comunidade escolar”;

“Existem diversas formas de opressão que se interrelacionam como: gênero, raça e classe social. A escola não é uma redoma, portanto, todas essas questões estão presentes no seu interior/cotidiano. Penso que é importante garantir espaços de discussão sobre machismo, patriarcado, racismo e sexismo na escola através de projetos e ações que promovam a reflexão de nossas crianças/adolescentes. É preciso criar estratégias para levar a discussão para as famílias. Esclarecendo sobre a falácia de “ideologia de gênero””.

Esses argumentos enunciam e apontam para a importância de deixarmos de lado “ideias de que a escola não tem que lidar com a sexualidade e com outros marcadores sociais da diferença” (VENCATO, 2014, p.228). Isso, porque a “escola é um espaço importante da sociabilidade de crianças e adolescentes, e excluir a instanciados desejos e afetividades deste espaço é uma forma de exclusão” (VENCATO, 2014, p.228). Além do fato de que o silenciamento frente a essas temáticas nos espaços escolares também educa sexualmente nossas

crianças e jovens, e acaba por corroborar com violências e a disseminação de preconceitos (MELO;POCOVI, 2002; VENCATO, 2014).

### **Enunciados dos/as professores/as sobre igualdade/diferenças e orientação sexual no espaço da escola**

A opinião dos/as vinte e dois professores sobre como a escola lida com as diferenças variaram. Houve aquele/aquela que considerou que “a escola sendo um espaço igualdade é garantida, mesmo diante da necessidade de adaptações, como no caso da educação inclusiva”. Houve quem afirmasse que “Onde tem pessoas sempre haverá diferenças raciais, sociais, regionais, de gênero e não sabemos lidar com as diferenças” e que a “escola garante a entrada das pessoas, mas não a igualdade”. Sabemos que “a escola não é um ente isolado da vida social: enquanto instituição social ela apenas reflete aquilo que a sociedade experiencia” (VENCATO, 2014, p. 224). Vejamos outros enunciados:

“Sendo a escola parte da sociedade, nela também é percebida a desigualdade. As diferenças também estão presentes, porém é perceptível a vontade; o empenho em romper tabus, com crenças adquiridas na infância – por exemplo. Para quem já está há 23 anos na educação pública e atuando no ensino fundamental e médio, como é o meu caso, creio que consiga fazer um paralelo com o, ontem e o hoje e afirmar que já foi muito pior. Que literalmente havia muito mais desigualdades no trato com os diferentes”;

“A igualdade não é garantida na escola pois as desigualdades sociais se manifestam no ambiente escolar. Assim, numa mesma cidade os níveis das escolas públicas podem ser diferentes, dependendo do bairro, por exemplo. As diferenças muitas vezes ou são invisibilizadas ou são expostas de forma violenta, com humilhações. Raramente, as diferenças são usadas para promover o debate e o respeito a diversidade”;

“Já foi mais complicado estar no ambiente escolar e ver que as diferenças eram concebidas como estranhezas, excentricidade etc. Hoje vejo muito mais as pessoas buscando acolher, compreender e aceitar o outro com suas possibilidades de “ser””.

Para trabalhar a temática de orientação sexual na prática cotidiana desses/as professores/as, dezesseis conceituaram a orientação sexual e apontaram que procuram trabalhar quando surge em suas disciplinas a temática e em correlação com os conteúdos que trabalham. Três professores/as não responderam, dois disseram não trabalhar com essa temática e um/a disse não ter informação sobre esse tema.

Fernando Seffner (2009) salienta que “a escola pública brasileira vive o desafio de aceitar os “diferentes”, aqueles desde sempre ausentes do espaço escolar, ou que nele estiveram apenas por breves passagens, sendo logo excluídos” (p. 128). Para o autor, são “diferenças de raça, etnia, classe social e econômica, orientação sexual, organização familiar, pertencimento religioso, diferenças físicas em termos de possibilidades do corpo [...], diferenças de geração [...] e muitas outras” (p.128). Diante dessas diferenças a escola não pode se furtar a um trabalho de inclusão da diversidade sexual, em que ações sejam elaboradas “na pauta de estudos das escolas, da inclusão e da permanência efetiva dos alunos e das alunas que manifestam orientação sexual diferente da heterossexual” (p. 135).

Nessa proposta de ações Seffner (2009) inclui: “criar um ambiente de respeito e valorização da diferença” (p.135), sem achar que gays, lésbicas e “travestis” são “coitadinhos”,

mas sim sujeitos que convidam todos na escola ao diálogo e as discussões sobre o “respeito à sexualidade e à diversidade sexual” (p.135); “a adequada discussão dessas ideias deve levar em conta que a escola é um espaço público e laico” (135) e às questões referentes “à inclusão da diversidade sexual, à valorização da diferença, à construção de um ambiente de respeito e acolhida para com as diferentes formas de viver a sexualidade” (p.135), precisam constar nos documentos orientadores das escolas “Projeto Político Pedagógico (PPP), o Regimento Escolar, os Planos de Ensino e de Estudo” (p.135). Tais elucidações nos remetem a importância das formações continuadas e de diálogos intencionais sobre a educação sexual que efetivamos nos espaços educativos.

Retomemos os enunciados sobre a compreensão da orientação sexual e a possibilidade de trabalharem com essa temática:

*“Como professora de português quando trabalho com um texto cujas entrelinhas, ou até de forma explícita, abre a possibilidade para abordar questões relacionadas ao tema, eu busco fomentar a discussão. No ensino fundamental, sinto que é mais complicado devido às más interpretações. No ensino médio, o faço ao trabalhar o gênero cartazes, pois é realizado todo um trabalho que envolve pesquisa, debates para elaboração”;*

*“Essas questões chegam aos espaços, mas as vezes, são distorcidas ou abafadas. Quando surgem essas dúvidas na sala, prefiro trabalhar a partir do que é levantado e conduzir a discussão para a dimensão da sexualidade emancipatória, trazendo à tona o ser humano com seus sentimentos, responsabilidades e as formas de viver”;*

*“As questões chegam na escola, na maioria das vezes por demanda gerada pelos alunos, em suas falas, brincadeiras, pelas posturas maliciosas, etc... Trabalho essas questões com muita naturalidade, partindo da ideia de que “o ouvir atentamente” e dar voz aos alunos desmistifica as questões tratadas como proibidas ou tabus. Procuro contemplar em minhas falas “orientação sexual” não é “opção sexual”.*

## **Enunciados dos/as professores/as sobre estudos de gênero e uma educação sexual emancipatória**

O conceito de educação sexual intencional em uma perspectiva emancipatória foi difícil para muitos professores/as responderem. Oito professores/as não responderam a esta questão, dois disseram “não saber”, alegando: “Não compreendo, não consigo explicar, é a primeira vez que tenho contato com o referido termo” e entre os/as demais (n=12) alguns/as tentaram defini-la. Vejamos os relatos:

*“a perspectiva emancipatória dá subsídios aos indivíduos para realizar suas escolhas de maneira sábia e consciente”;*

*“a Sexualidade é inerente ao ser humano então necessário se faz que se elaborem projetos que visem sensibilizar as pessoas para que respeitem as diferenças”;*

“é não deixar a educação sexual ser ao acaso adiantar-se para garantir o direito à educação na sua integralidade”;

*“A educação sexual tem uma intencionalidade pedagógica e política, para que torne as crianças e adolescentes cidadãos que conhecem, valorizam e respeitem seu corpo e do outro, independente de qualquer questão. Essa é uma perspectiva que emancipe as pessoas a terem mais conhecimentos sobre si, sobre o outro, respeitando o justo e as preferências de cada um e sua individualidade”.*

Pode-se perceber que as colocações sobre o entendimento de uma educação sexual emancipatória, foram realizadas de modo que podemos evidenciar certa aproximação com a ideia de uma educação sexual consciente e intencional, porém não uma compreensão dos pressupostos dessa perspectiva paradigmática.

No entanto, evidenciamos nas afirmações indícios de uma abertura para a efetivação de uma educação sexual nos espaços educativos no argumento que aponta para “garantia do direito a educação em sua integralidade” e importância do planejamento de ações intencionais com relação à educação sexual no espaço da escola e suas implicações políticas.

Entendemos com Patrícia Mendes e Rosa Cristina Pires (2009) que no espaço da escola “as inquietações, os questionamentos e as manifestações da sexualidade se fazem presentes [...] lidar com esta temática não pode ser tarefa guiada por impulsos espontaneístas” (p.135). As autoras reforçam a importância dos/as educadores/as encontrarem-se comprometidos/as com “o desvelamento da sexualidade em toda a sua dimensão histórico-cultural” (p.135) e isso não é possível sem uma compreensão ética, estética e política da sexualidade. Reforçam que diante de uma educação sexual emancipatória e intencional faz-se necessária “uma postura política, crítica e humanizada” (p.135).

Para que os/as professores/as atuem na educação sexual nas escolas e lidem com o enfrentamento das desigualdades de gênero é preciso que saibam e conheçam sobre os conceitos, suas implicações para o desenvolvimento de crianças e adolescentes e tenham formação na área. Quinze professores/as afirmaram já terem estudado sobre o tema gênero (sendo oito deles/as feito algum tipo de curso na área), mas não sabemos que tipo de estudo ou curso foi este citado: uma leitura simples, palestras eventuais, curso específico em que? Que carga horária? ou uma formação mais aprofundada? Sendo formação, qual era a formação? Não foi nosso foco aprofundar essa questão. Dois professores/as não responderam, e cinco assumiram não possuir leitura ou estudos sobre o tema.

Estudos desenvolvidos por Mary Neide Damico Figueiró (2010) apontam para a importância da formação inicial e continuada de professores/as, pois segundo a autora: “todos somos educadores sexuais: pais, professores, demais profissionais e a comunidade em geral, estejamos ou não conscientes disso” (p.36). Seffner (2011) destaca que “abordar temas relativos a gênero e sexualidade exige nas escolas a presença de professores com formação específica, feita geralmente na modalidade de formação continuada ou em serviço” (p.569).

Dialogar no espaço da escola sobre questões de gênero, envolvendo a construção de significados a respeito de ser homem, ser mulher em nossa sociedade pareceu ser uma questão mais tranquila para os/as professores/as, pois dezenove deles/as consideraram importante esse diálogo (três participantes não responderam) e as considerações apontadas foram:

*“Penso que a escola não deve se omitir a nada que seja do interesse e dia a dia dos alunos, se o debate existe fora da escola, a escola também deve discutir, o que é diferente de doutrinar, precisamos criar cidadãos críticos, que saibam filtrar informações que saibam discutir, que tenham opinião e consciência do mundo em que vivemos”;*

*“Acredito que sim, pois convivemos em uma sociedade machista, onde os homens podem tudo, salários maiores que os das mulheres, mesmo sendo na mesma profissão”;*

*“Sim. Pois a escola é uma reprodução da sociedade, ela não está deslocada da sociedade por isso deve dialogar com essas questões pertinentes”;*

*“Sim, essas questões precisam ser deliberadas na escola, por meio da educação, porque é neste caminho que pode ser construídos significados e conhecimentos acerca dos papéis que foram sendo definidos para homem e mulher nesta sociedade, mas que podem ser ressignificados”*

Os enunciados acima, nos retornam aos argumentos de Britzman (1996) quando nos alerta que a escolarização “produz e organiza as identidades raciais, culturais e genericadas dos/as estudantes” (72), fato que endossa a importância dos diálogos sobre as questões de gênero nos espaços educativos. Assim como, buscamos em Guacira Lopes Louro (2008) a compreensão e o entendimento de que “gênero e sexualidade são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, de modo explícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado” (p. 17). E, a escola é espaço de aprendizagens, aí inclusos o gênero, a sexualidade e a educação sexual que sempre acontece.

### **Considerações Finais**

A temática sobre a “ideologia de gênero”, os marcadores sociais da diferença e toda a discussão expressa no Plano Nacional de Educação 2014/2024 ainda é complexa e um cenário capaz de mudanças políticas e sociais a todo momento.

Na nossa amostra, apenas vinte e dois professores/as participaram enunciando os/as significados sobre as temáticas abordadas no estudo e como toda pesquisa qualitativa e exploratória, os dados não podem ser generalizados, mas apontam uma tendência importante: a de que os/as professores/as estão preocupados com os marcadores sociais, as desigualdades na escola, reconhecem quando não sabem conceitos e isso pode ajudar a estimular seu interesse em pesquisar e ir estudar mais depois. Eles/as mostraram que não se furtam a dialogar e a pensar em seu papel como educadores/as.

Foi possível evidenciar que os(as) professores(as) que discutem as legislações e acompanham as discussões, tem uma visão mais realista e verdadeira sobre a importância de gênero e a “ideologia de gênero” como uma invenção. Os enunciados nos mostraram que os/as professores/as reconhecem os marcadores sociais na escola, embora poucos/as os definam, entendem a complexidade social de sua construção e sabem como enfrentá-los.

Em um cenário tão sombrio de retrocessos e silenciamentos, é salutar pensar nesses enunciados de professores/as que se posicionam em relação a importância de tornar a escola um espaço para todos, de ser esse espaço um espaço de diálogos sobre a igualdade, sobre a diferença, sobre gênero, sobre equívocos nos conceitos de “ideologia de gênero” e sobre emancipação.

Novos estudos devem ampliar essa discussão, como novas formas de coleta de dados, outros cenários e outras modalidades de ensino, visando, enfim, convergências que possam construir uma voz coletiva de educadores/as que permaneçam estudando e ampliando seus olhares para que suas atuações possam contribuir na efetivação de uma educação, sempre sexuada, mais justa e democrática.

## Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2014.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, janeiro-junho, p.329-376, 2006.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf> Acesso 26 setembro 2015.
- BRITZMANN, Deborah. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade**, v. 21, n. 1, jan/jun, p. 71-96, 1996.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio**. Londrina: Eduel, 2010.
- FURLANI, Jimena. **“Ideologia de Gênero”? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha**. Florianópolis: FAED, UDESC. Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 09p, 2005a. Disponível em: <https://www.facebook.com/jimena.furlani>. Acesso em: 08 jul. 2015.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008, p. 17-23.
- MARAFOM, Giovanna. Análises críticas para desmontar o termo “ideologia de gênero”. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**; Rio de Janeiro, v. 70 (nº.esp.): p. 117-131, 2018.
- MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out. 2018.
- MELO, Sonia Maria Martins de; POCOVI, Rose. **Educação e Sexualidade**. (Caderno Pedagógico, v.1), Florianópolis: UDESC, 2002.
- MENDES, Patrícia de O. e S. Pereira; PIRES, Rosa Cristina C. de Albuquerque. Uma experiência na formação continuada de professores. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide D.; RIBEIRO, Paulo Rennes M.; MELO, Sonia M.M. **Educação Sexual no Brasil: panorama de pesquisa do sul e do sudeste**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- NUNES, César A.; SILVA, Edna A. **A Educação Sexual da Criança**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017
- SEFFNER, Fernando. Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 125-139.



SEFFNER, Fernando. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, 336, maio-agosto, 2011, p. 561-572.

VENCATO, Ana Paula. A diferença dos outros: discursos sobrediferenças no curso Gênero e Diversidade na Escola da UFSCar. **Contemporânea**. v. 4, n. 1 p. 211-229, Jan.–Jun. 2014.

Recebido em 7 de setembro de 2020.

Aprovado em 17 de novembro de 2020.